



*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Dezembro de 2013*

ATA

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. **NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO**

- Certificação Legal de Contas

3.1. Escolha do Procedimento Prévio

3.2. Adjudicação

Ponto 4. **GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2013**

. Apreciação de Propostas de Alteração - 11.ª/11.ª -.

Ponto 5. **APRECIÇÃO DE PROPOSTAS DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E
AMR - E DO ORÇAMENTO, PARA O ANO DE 2014**

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Dezembro de 2013***

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

O Senhor Presidente referiu que: “de 09 a 16 de Dezembro decorreram as Festas de Natal dos Jardins de Infância e das Escolas do 1.º Ciclo, animadas pela equipa da Biblioteca Municipal.

Penso que foi um êxito. As crianças gostaram, os colaboradores também e os Centros Escolares ficaram mais animados nesta época.

É uma iniciativa que, neste ou noutro modelo, já tem antecedentes e nós vamos continuar a realizar.

No dia 10 de Dezembro tive uma reunião com o Senhor Secretário de Estado de Modernização Administrativa, na qual manifestei o interesse do Município em ter parcerias com o Governo que potenciem, a curto prazo, a Modernização Administrativa, também no atendimento ao Cidadão no Município. Portanto, há vários conceitos: Lojas de Cidadão, que têm o seu modelo que não se aplicará a Soure; Lojas de Cidadão de Segunda Geração, que poderá também não ser o adequado para Soure; já um outro modelo muito mais simplista - PAC - Ponto de Apoio ao Cidadão, é um conceito intermédio, usando plataformas eletrónicas e usando um frontoffice com condições de atendimento adequadas aos nossos Municípios. É evidente que tudo isto é possível se houver financiamento e, portanto, o repto e o contributo estão lançados, ainda para uma potencial Candidatura aos Serviços de Apoio à Modernização Administrativa.

Neste período muito rico em Festas de Natal, participámos em várias iniciativas, das diversas Instituições do Concelho.

Realçava, no dia de ontem, o 71.º Aniversário da Associação Cultural Desportiva e de Solidariedade da Freguesia da Vinha da Rainha, salientando o facto de ter recebido os Títulos de Certificação de Qualidade, atribuídos pela APCER e as respetivas Bandeiras da Certificação, ao qual o Município, enquanto parceiro de todas as IPSS, se associou e, por isso, nos congratulamos por mais uma Instituição do Concelho estar com certificada pela norma ISO 9001:2008 nas respostas sociais.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “colocava-lhe uma questão que tem a ver com uma manifestação pública por parte dos cidadãos de Vila Nova de Anços em relação à qualidade da água, ou seja, ao serviço que é prestado em termos de qualidade da água àquela Freguesia, nomeadamente à própria localidade de Vila Nova de Anços. Sobre essa questão em concreto o Senhor

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Dezembro de 2013***

Presidente certamente saberá que as pessoas se queixam que a água é barrenta e de pouca qualidade.

Tem alguma indicação que nos possa prestar sobre alguma solução previsível para melhorar o serviço de abastecimento de água a Vila Nova de Anços?”

O Senhor Presidente referiu que: “o conhecimento que tenho, ou que fui tendo ao longo dos últimos anos, é de que o problema não é novo. Segundo consta, o problema é desde que o furo foi colocado a funcionar e tem estado a funcionar e a abastecer aquele subsistema, porque todos os indicadores, todas as análises, dão a água como boa para consumo humano. De facto, tem um aspeto turvo, poderá haver alturas em que estará pior ou melhor, mas há a consciência, eu tenho consciência, e o Executivo anterior abordava esta questão, que o problema tem que ser resolvido. Embora as análises químicas e biológicas lhe dêem validade para consumo, senão a ERSAR e as entidades competentes já teriam atuado o Município e mandado fechar o subsistema. A qualidade da água no Concelho de Soure, em média, é boa, mas temos que ter consciência que o problema tem que ser resolvido.

Já no anterior Executivo o problema foi levantado várias vezes, colocando-se várias hipóteses de intervenção: uma delas era colocar um sistema de depuração e de filtros, criando um depósito onde a água era depurada e depois voltava a ser bombada para o sistema; há outra corrente que diz que o melhor era fazer um novo furo.

Aquela captação de Vila Nova de Anços tem um caudal perfeitamente extraordinário daí, não se ter abandonado a captação. Fazer um novo furo, naquela zona excelente de água, poderá implicar que o problema se mantenha. De modo que faz parte do plano de trabalhos do sector de águas e saneamento apresentar, nos próximos meses, uma solução estudada e fundamentada para se tomar uma posição em sede de Executivo: se fazemos um novo furo ou se uma obra de engenharia complementar àquela captação. Neste momento, foram as instruções que foram dadas aos serviços nas reuniões técnicas, tidas nos últimos dois meses, no sentido de apresentarem uma proposta.”

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Dezembro de 2013***

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “estive presente na Assembleia de Freguesia de Vila Nova de Anços e a questão mais grave, levantada por todos e é transversal, é a qualidade da água e não basta que as análises nos digam que a água é boa para ser consumida. Se abrir uma torneira e a água sair amarela ou castanha, ninguém me pode convencer que a água é boa. Ao contrário, se ela for branca e se estiver contaminada, já somos mais facilmente enganados. Portanto, temos que encontrar uma solução para o problema da água, que já existe há muitos anos em Vila Nova de Anços.

Procuo reforçar a preocupação das pessoas que residem em Vila Nova de Anços e dos seus eleitos.

Uma outra questão tem a ver com a iniciativa que houve sobre o Encerramento do Tribunal da Comarca de Soure. Esta foi a iniciativa pública mais recente, onde houve Moções aprovadas em Reunião de Câmara e Assembleia Municipal emovimentos contra o Encerramento do Tribunal da Comarca de Soure. Estava a assistir à reunião que houve a seguir à manifestação, aqui neste Salão Nobre, e veio-me à memória uma outra que houve em 2006... espero que isto não se torne tradição sempre que se ameace encerrar um Serviço Público... Quando foi sobre o Encerramento do Serviço de Atendimento Permanente, SAP, estavam mais pessoas nesta sala e também aí era um encerramento previsível de um serviço na área da Saúde, que fazia a cobertura das 24 horas. O que significa que, a partir das 20 horas, qualquer problema que exista, somos encaminhados para os Hospitais Centrais, sendo que, naquela altura, em 2006, tínhamos duas Urgências, em dois Hospitais - o Hospital dos Covões e o Hospital Novo -. Hoje, só temos o Hospital Novo, com todo o drama de atendimento das pessoas de um Distrito de Coimbra. Vimos com muita apreensão o encerramento do Tribunal... é afastar a Justiça do Cidadão, é um atentado a Direitos que são Constitucionais - o Direito à Justiça - e afasta daqueles que mais precisam dela, que são as pessoas com maiores necessidades económicas. Temo uma outra coisa e certamente não sou só eu, será uma preocupação de todos nós, e tem a ver com o texto que os Senhores assinaram com a Troikaque através da sua leitura, verificamos que um dos aspectos que lá estava era a fusão de Concelhos, não tanto de Freguesias mas sim de Concelhos. A desvalorização que está a haver, ano após ano, do Concelho de Soure, o encerramento dos seus Serviços, pode levava uma análise,através de uma folha de Excel, dos Concelhos de Montemor, Condeixa-a-Nova e Soure e pontuando o que Soure tem e os outros Concelhos têm, verificarão que aquilo que nos vai restar é muito pouco. Portanto, temo que o futuro de Soure esteja ameaçado como Concelho. As minhas preocupações vão mais longe do que o próprio encerramento do Tribunal e isto não é uma questão da Bancada da CDU,

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Dezembro de 2013**

isto é uma questão de todos nós, que fomos eleitos e que merecemos, a confiança de todos os Sourenses. Nós temos que encontrar estratégias que envolvam as pessoas lá fora e estou a dizê-lo de uma forma muito convicta e muito sincera. É uma luta de todos e temos uma responsabilidade enorme também nisto.”

O Senhor Presidente referiu que: “foi-vos distribuída uma carta da Academia de Xadrez Pedro Hispano - Soure, a dar-vos nota de que o Xadrezista João Vasco Vicente, que participou nos Jogos Mundiais Escolares, no Brasil, se classificou num meritório 4.º lugar. Mais uma vez, os nossos parabéns. Nesta área como em outras, o Município de Soure deve continuar a apoiar as Bandas de Música, os Grupos de Folclore, o Desporto, porque temos muitos jovens do concelho que ocupam saudavelmente os seus tempos livres e alguns têm marcado a diferença.”

**Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
. Licenciamento de Obras Particulares**

Foi presente a seguinte listagem:

Requerimentos para Reunião

De 06-12-2013 a 23-12-2013

23-12-2013

Class. 01
Ano 2013
Número 862
Dt. Entrada Reqt. 01-01-2013
Processo 01/2013/11/0
Requerente Jose Nunes de Oliveira Martins
Tp. Pedido Novos elementos
Tp.construção Ampliação
Tp. Utilização Comércio
Tipo Informação: Aprovo Arquitectura [Despacho]
Data reunião: 11-12-2013
Local Obra: rua das Mansas
Informação: Deferido o pedido de aprovação do projecto de arquitetura nos termos da informação técnica.
Freguesia: Vinha da Rainha

Class. 01
Ano 2013
Número 935
Dt. Entrada Reqt. 09-12-2013
Processo 01/2013/28/0
Requerente Carla Sofia Pimenta Simões de Sá
Tp. Pedido Novos elementos
Tp.construção Nova construção
Tp. Utilização A rrumos
Tipo Informação: Deferido [Despacho]
Data reunião: 20-12-2013

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Dezembro de 2013**

Local Obra: Degracias

Informação: Sugere-se que seja deferido o presente pedido de licenciamento nos termos da informação técnica

Freguesia: Degracias

Total: 2

Foi tomado conhecimento, divulgue-se e afixe-se no átrio dos Paços do Concelho.---

**Ponto 3. NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO
- Certificação Legal de Contas**

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: REGIME FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS LOCAIS
- Prestação de Contas
. Nomeação de Auditor Externo**

Relativamente ao assunto em epígrafe, informamos:

A Lei nº 73/2013, de 03 de Setembro, estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais.

As matérias respeitantes à Contabilidade, Prestação de Contas e Auditoria, estão reguladas no Título IV da lei atrás aludida.

Dispõe o nº 1 do art. 76º que “*os documentos de prestação de contas individuais das autarquias locais (...), são apreciados pelos seus órgãos deliberativos, reunidos em sessão ordinária durante o mês de abril do ano seguinte àquele a que respeitam*”.

Os documentos de prestação de contas das autarquias locais, que sejam obrigadas, nos termos da lei, à adoção de contabilidade patrimonial, são remetidos ao órgão deliberativo para apreciação juntamente **com a certificação legal das contas e o parecer sobre as mesmas apresentados pelo revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas.** - *vide nº 3 do art. 76º.*

A competência para a nomeação do Auditor Externo, responsável pela certificação legal das contas, é da Assembleia Municipal, mediante proposta do Executivo, e será efetuada de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas, cfr. o previsto no nº 1 do artº 77º da Lei nº 73/2013, de 03 de Setembro.

As competências do Auditor Externo serão as previstas nos nºs 2 e 4 do art. 77º:

- *Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;*
- *Participar aos órgãos municipais competentes as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do plano plurianual de investimentos do município;*
- *Proceder à verificação dos valores patrimoniais do município, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título;*

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 23 de Dezembro de 2013

- Remeter semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo da entidade informação sobre a respetiva situação económica e financeira;

- Emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados individuais e consolidados e anexos às demonstrações financeiras exigidas por lei ou determinados pela assembleia municipal. Compete, ainda, ao auditor externo pronunciar-se sobre quaisquer outras situações determinadas por lei, designadamente sobre os planos de recuperação financeira, antes da sua aprovação nos termos da lei.

Apesar do regime entrar em vigor a 1 de Janeiro de 2014, torna-se necessário, previamente, proceder a todas as diligências procedimentais no âmbito da contratação pública, visando a prestação de serviços de um revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas, para que tal procedimento tenha o seu término, de forma a estar em funções no início do ano.

Face ao atrás exposto, sugere-se que:

O Executivo proponha, à Assembleia Municipal, a nomeação de um Revisor Oficial de Contas, que será responsável pela certificação legal de contas do município.

O Adjunto do Presidente,
(Gil Soares, Dr.)
10-12-2013

3.1. Escolha do Procedimento Prévio

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: REGIME FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS LOCAIS

- PRESTAÇÃO DE CONTAS
- * NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO
- ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Com vista à prestação do serviço em causa, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adopção da modalidade de **ajuste directo**, uma vez que o preço base é de 10.000,00 euros - para um período de doze meses -, inferior ao limite máximo de 75.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste directo, cf. alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito de competências quer da Câmara Municipal, quer do Presidente deste órgão, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros, cf. alínea a) do n.º1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho.

O encargo previsto está contemplado na proposta de orçamento para o ano de 2014.

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Dezembro de 2013***

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. CONSULTAR AS SEGUINTE ENTIDADES

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114º do CCP, às seguintes entidades:

- . Rodrigues Sacramento, SROC;
- . Mariquito, Correia & Associados, SROC.

4. JÚRI

Aprovar o seguinte júri, de acordo com o n.º 1 do art. 67º do Código dos Contratos Públicos, para apreciação das propostas e elaboração dos relatórios de análise das mesmas:

- Mário Jorge Nunes (Presidente do Júri);
- Mário Monteiro, Eng.;
- Ivo Costa, Dr.;
- Fernando Cavacas, Dr. (Suplente);
- Susana Gaspar, Dra. (Suplente).

À consideração superior,
O Técnico Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
11/12/2013

DESPACHO:
De acordo.
À Reunião de Câmara, para ratificação.
Presidente da Câmara,
(Mário Jorge Nunes)
12.12.2013

O Senhor Presidente referiu que: “nós analisámos alguns currículos de empresas de técnicos oficiais de contas, dos quais deixámos três, para uma fase final e aceitámos propostas desses dois.

Aqui, mais do que a questão do preço para um serviço destes, avalia-se também pelas garantias, o currículo, pela actividade que as empresas têm.

A empresa Mariquito, Correia & Associados, SROC - já tem prestado serviços na área de auditoria, nomeadamente quando foi o PAEL.

Assim, proponho que se aceite este procedimento e se adjudique à Empresa Rodrigues Sacramento, SROC, o serviço de auditoria externa.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “prevê a lei a necessidade de contratação de uma figura desta natureza para avaliar as contas do Município. Assim, nós só podemos solidarizar-nos com o Despacho que foi feito pelo Senhor

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Dezembro de 2013***

Presidente no sentido de que esta situação fosse rapidamente equacionada, ou seja, para se encontrar um ROC habilitado para avaliar, em definitivo, as contas do Município. Naturalmente confiamos no discernimento e na honestidade do Senhor Presidente para, no quadro daquilo que são os profissionais desta área, escolher aquele que é mais habilitado para cumprir essas funções no Município de Soure. No entanto, mais uma vez, e na sequência do que tem sido apanágio da nossa Bancada, temos apelado ao Senhor Presidente no sentido de tentar encontrar no espaço territorial do nosso Concelho empresas ou profissionais que possam desempenhar funções ou prestar serviços nesta Câmara sem termos que recorrer a pessoas que venham de fora. Consta-se, porém, que mais uma vez isso não aconteceu. Desta vez, para minha surpresa, os documentos que nos foram entregues com os nomes destas duas empresas parecem denotar uma obsessão pelo Concelho de Oeiras, porque as duas propostas são do mesmo Concelho. Vá a saber-se porquê! Consta-se que uma delas já fez uma auditoria ao Município. Então porque foi escolhida a outra - Rodrigues Sacramento, SROC? Será certamente um profissional reputado, mas não é isso que está em causa. Parece-me, portanto, que este nem é o procedimento correcto, nem é, no nosso entendimento, a opção acertada, porque não vai ao encontro daquilo que foi uma intenção que sempre defendemos, ou seja, de que fossem também pedidas propostas a empresas e profissionais estabelecidos no território do Município. Acho estranho esta obsessão geográfica por estas duas empresas e gostava de saber se com tantos profissionais inscritos na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas em todo o País, como foram encontrar estas duas pessoas. Por isso, numa primeira fase, parece-me que esta selecção não pode, em princípio, acolher o nosso entendimento e, nesse sentido, para que se dissipem quaisquer dúvidas, gostaria que me esclarecesse sobre as questões que lhe coloquei".

O Senhor Presidente referiu que: "faz hoje dois meses que tomámos posse e, como deve calcular, o Município teve muita coisa com que se preocupar, entre elas, chegarmos ao dia 1 de Janeiro e estarmos a cumprir a lei. Não havia hipótese de fazer nenhum anúncio público de que a Câmara Municipal de Soure estava à procura de um Revisor Oficial de Contas. Aliás, fui contactado por alguns. Conheço um Revisor Oficial de Contas no nosso Concelho, há muitos anos, não sei se está no ativo se não, não nos procurou, deve ter muito trabalho. O facto destes dois serem de Oeiras denota que há uma proximidade entre os dois gabinetes, ainda assim, a opção que nos levou a escolher o outro foi o preço ser o mais acessível.

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Dezembro de 2013***

Tanto uma proposta como a outra estão dentro dos preços normais praticados na região. Dos contactos que fiz com Municípios da nossa dimensão aqui à volta, para apurar da experiência de quem já tinha Revisores Oficiais de Contas, curiosamente, todos eles passaram por esta experiência no primeiro ano tiveram um Revisor Oficial de Contas e no segundo ano mudaram.

Também houve contactos com outros Gabinetes de Auditoria que aceitariam esta proposta se estivesse subjacente outro tipo de trabalhos em termos de estudos e de auditoria, para os quais nós não temos disponibilidade em aceitar, ou seja, este serviço de auditoria resume-se a fazer emissão de relatórios trimestrais e a certificação das contas.”

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “gostaria de reforçar a minha posição assumida desde a primeira reunião de Câmara. Sempre que a Autarquia não consiga responder no âmbito do seu Quadro de Pessoal nas suas diversas áreas, a determinada função, deve criar como princípio a consulta ao mercado local. Esta é uma das formas de justificar e até agradecer àqueles que ainda têm coragem de ter gabinete aberto e de pagarem os impostos no Concelho de Soure, este é, para mim, um princípio básico para todas as áreas. Não tenho conhecimento se em Soure os Gabinetes de Contabilidade existentes poderiam responder ou não a este tipo trabalho ou se ele exige uma outra classificação, uma outra categoria e dentro disto uma outra experiência para o poder realizar.”

O Senhor Presidente referiu que: “os Serviços de Auditoria estão regulados por lei e, portanto, há uma ordem que é a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, que é a entidade que regula essa actividade junto dos seus associados. O Município de Soure até aqui não era obrigado a ter Revisor Oficial de Contas, daqui para a frente vai ser obrigado. No início do mandato, tivemos uma reunião com a Associação Empresarial de Soure, onde dissemos que o objectivo do Município está virado para a Economia Local, para os Empresários Locais. O Município de Soure está interessado e quer motivar todos os Empresários de todas as áreas, sejam elas de Prestação de Serviços, sejam de Fornecimentos ou de Empreitadas de Obras Públicas e está vocacionado para deixar na economia local a maior parte do ser Orçamento.

A entidade de Revisores Oficiais de Contas como tem um estatuto de utilidade pública, tem o dever de participação perante as autoridades de justiça e pelas outras

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Dezembro de 2013**

entidades que fiscalizam as empresas e neste caso as entidades públicas. Essa entidade de Revisores Oficiais de Contas é equiparada a um serviço de inspecção. Portanto, se há Revisores Oficiais de Contas no Concelho, nenhum se manifestou junto do Executivo. Agora os Senhores Vereadores têm conhecimento de algum Revisor Oficial de Contas no Concelho que tivesse disponível? Eu não tive.”

Deliberado, por unanimidade, ratificar o Despacho de Senhor Presidente, Mário Jorge Nunes.-----

3.2. Adjudicação

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: REGIME FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS LOCAIS
- PRESTAÇÃO DE CONTAS
* NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO
- ADJUDICAÇÃO

Por despacho, de 12.12.2013, do Sr. Presidente da Câmara, Mário Jorge Nunes, foi decidido recorrer à figura do ajuste directo, como procedimento prévio à adjudicação do serviço acima mencionado.

O Relatório Final propõe a seguinte ordenação:

EMPRESA	VALOR
Rodrigues Sacramento, SROC	8.900,00 €
Mariquito, Correia & Associados, SROC	9.800,00 €

Sugere-se a dispensa da fase de audiência prévia, com carácter urgência, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 103.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro.

O Júri propõe, no seu Relatório Final, a adjudicação à empresa **Rodrigues Sacramento, SROC**.

Tendo em conta o valor do contrato a celebrar, é dispensada a sua redução a escrito, nos termos da al. a) do n.º 1 do artigo 95º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

CONCLUSÃO

Tendo em conta a presente informação, sugerimos:

1. A dispensa de audiência prévia;

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Dezembro de 2013**

2. A adjudicação do presente serviço à empresa “Rodrigues Sacramento, SROC”;
3. Autorização para a realização da despesa no valor de 8.900,00 euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
4. Que a entidade adjudicatária seja notificada após a sua nomeação na próxima Sessão de Assembleia Municipal.

À consideração superior,
O Técnico-Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
20.12.2013

Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor dos Senhores Vereadores eleitos pelo P.S. e C.D.U. e três (3) abstenções dos Senhores Vereadores eleitos pelo P.P.D./P.S.D. - C.D.S./P.P. - P.P.M., aprovar a adjudicação à empresa que apresentou a proposta mais favorável, conforme decorre da informação técnica dos serviços, a qual deverá ser submetida à Assembleia Municipal.-----

Ponto 4. GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2013
 . Apreciação de Propostas de Alteração - 11.ª/11.ª -.

Deliberado, por maioria, com três (3) votos a favor dos Senhores Vereadores eleitos pelo P.S. e quatro (4) abstenções dos Senhores Vereadores eleitos pelo P.P.D./P.S.D. - C.D.S./P.P. - P.P.M. e C.D.U., aprovar as Propostas de Alteração - 11.ª/11.ª -----

Ponto 5. Apreciação de Propostas das Grandes Opções do Plano - PPI e AMR - e do Orçamento, para o ano de 2014

O Senhor Presidente referiu que: “estamos perante um Plano de Actividades que quantitativamente tem os valores mais baixos dos últimos anos. A estrutura é muito idêntica à que vinha do anterior executivo. É óbvio que a estrutura deste Plano está muito condicionada pelas atuais contingências económicas do País, com a legislação que somos obrigados a cumprir e pelas diversas estratégias seguidas. Ainda assim, uma preocupação que nos leva a apresentar este Plano, foi manter áreas que, consideramos nucleares para o bem-estar da população e para acudir às situações de emergência social, a que o atual quadro nos obriga a estar atentos. Fomos obrigados a baixar valores, baixar apoios, mas de uma forma relativa, nas áreas da Educação, Cultura, Ação Social, da Saúde, mantendo um nível de proposta que consideramos mínimo, para aquilo que nos é exigido. De modo que deixo à vossa apreciação este

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Dezembro de 2013***

Plano que, como já disse, está muito condicionado, não por aquilo que serão as propostas do futuro, mas pela história recente.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “nós os três avaliámos os documentos que nos foram entregues e pronunciámo-nos internamente sobre qual era o sentido de voto que a nossa bancada teria sobre esta matéria. Todos nós achamos que o tempo que nos foi dado para nos pronunciarmos sobre estes documentos foi escasso, tendo em linha de conta serem documentos basilares daquilo que é a vida municipal. Por isso não podem ser estudados e reflectidos somente em dois dias. É manifestamente tempo escasso para documentos desta dimensão, desta natureza e desta importância, o que não permite aos eleitos que possam sobre eles apresentar propostas de alteração ou propostas que tenham a ver com aquilo que são os seus compromissos com os seus eleitores. Nós vamos dar o nosso sentido de voto em tempo oportuno, mas de qualquer maneira fazia-lhe um apelo para que no próximo ano esta documentação seja entregue em tempo oportuno. Confie Senhor Presidente que as propostas que poderão vir das outras bancadas, nomeadamente da nossa, serão sempre no sentido de benefício das populações, melhorando a riqueza do documento e são contributos que podem vir a ser importantes para aquilo que é um Plano e Orçamento, que possa ser, assim, o “espelho do Concelho” que todos nós queremos construir. Certamente a Senhora Deputada da C.D.U., também quererá falar desta matéria, mas permitia-me sugerir-lhe que fizéssemos um pequeno intervalo, para que nós nos pronunciássemos em definitivo sobre aquilo que é o nosso sentido de voto.”

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “o Plano e Orçamento são dois documentos estratégicos para os próximos anos e, em especial, para o ano 2014. É sempre possível fazermos dois tipos de análise: uma análise técnica e outra política. Para mim a análise política é a mais importante, é no fundo saber o que é que o executivo pretende fazer nos próximos anos. A curto prazo, as grandes opções estratégicas são pagar a dívida, controlar financeiramente a Autarquia, tentar rentabilizar e combater desperdícios mas, simultaneamente, tendo a noção da grande contenção e da diminuição acentuada das transferências e das verbas do Orçamento do Estado, tentar fazer melhor aquilo que nos é exigido com menos dinheiro. O Sr

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Dezembro de 2013***

Presidente acaba de dizer que as áreas onde não se prevê diminuições são áreas sensíveis como a Acção Social e, nos dias de hoje, esta área vai necessitar de uma resposta muito firme, permanente, por parte da autarquia. As pessoas não vão ter mais onde pedir apoio se não ao Executivo e à Autarquia, portanto, faz todo o sentido não reduzir verba, nas áreas da Acção Social, da Cultura, e da Educação.

Entrando nas Grandes Opções do Plano, encontro investimentos que este Executivo pretende realizar mas temo que possa ficar pelos desejos e não tanto na possibilidade de concretização, mas iremos ver como é que as coisas irão correr... Tenho algumas dúvidas na conta 01002, onde aparece um investimento para o Centro Escolar da Freguesia de Soure, é de médio prazo, gostaria de saber, porque aparece com verba definida, mas depois, diluída para o ano 2015, 2016, o que existe em concreto?o que significa este investimento?

Na conta 02001, acção 46, apoio ao investimento, gostaria de ter a informação de que apoio ao investimento é este? Aparece com uma verba de 40.000 euros, como financiamento definido e depois em 2015, 2016, 2017 e outros, também de 40.000 euros num total de 200.000 euros.

Na conta 03001, acção78, Aquisição/Reabilitação, penso que não estarei enganada, está incluído na parte da Habitação Social/Programa Prohabita, gostaria que me fizesse um ponto de situação sobre este programa até porque ele me diz muito porque foi iniciado nesta Autarquia quando exercia funções de Vereadora.

Na conta 05002, acção 88, Cartografia, é um investimento que estrategicamente entendo e apoio claramente e é um investimento considerável. A informação que tive, já na época, sobre Cartografia e Sistemas Informáticos e Programas, é um investimento muito forte mas fundamental para permitir uma revisão do PDM, e como tal compreenderia. Penso que apostar em investimento de Cartografia é estratégico, fundamental, que entendo perfeitamente e que aceitaria muito bem.

Também sobre a Rede de Esgotos trago a posição de todos aqueles que comigo reuniram e trabalharam e que mostram toda a preocupação por um elenco de lugares do Concelho de Soure, que ainda não estão contemplados com este direito. O nosso Programa Eleitoral valorizava esta área e consideramos prioritário o investimento a efectuar. É quase inaceitável no ano em que nos encontramos, que ainda se encontrem aglomerados populacionais sem resposta a esta necessidade básica das populações. O investimento no Bicanho procura dar uma resposta à unidade hoteleira e simultaneamente à população local do Pedrógão do Pranto. Consideramos que a haver capacidade financeira para fazermos os dois investimentos seria seria politicamente importante.

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Dezembro de 2013***

No ponto 06002, acção 113, Recolha e Tratamento de Lixo e Lavagem e Desinfecção de Contentores, apresenta um valor de 363.500 euros, definido para 2014, 2015, 2016, 2017 e nos Outros de 60,500 euros. O que está aqui subjacente é a contratualização de um serviço? Deixo o desafio ao Executivo em Regime de Permanência para que seja capaz de dialogar e discutir todas as opções antes de ficarmos vinculados a elas. Pagar o serviço a uma empresa e esta comprar contentores, veículos, tecnologia, para nos dar essa resposta ou a própria autarquia procurar ter capacidade financeira para adquirir bens e sermos nós a prestar esse serviço, com uma outra sensibilidade social, com outra capacidade de resposta não nos demitindo da prestação do mesmo. Esta é para mim uma questão pertinente...

Orçamento - Receitas e Despesas - Numa análise técnica do orçamento e de solvabilidade financeira, posso dizer que as receitas correntes cobrem as despesas correntes e ainda cobrem uma parte das receitas de capital, isto é, meramente académico e vê-se neste documento. Para mim há um sinal dos tempos, que é até um imperativo legal de estarmos abrangidos pelo PAEL que é a diminuição do valor da Venda de Bens de Investimento que assume hoje o valor mais baixo dos últimos anos. O que significa que, certamente, este Plano e Orçamento, representa o “osso”, é o possível de apresentar, é aquele que prevê manter “portas abertas”, fazer frente a despesas, fazer frente a compromissos, não reduzir serviços, não exigir demasiado dos nossos funcionários mas sermos exigentes, porque os tempos são de exigência e de combate ao desperdício.”

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “Senhor Presidente, estando a terminar a discussão destes dois documentos estratégicos e porque iremos passar à sua votação, gostaria de dizer o seguinte: das conversas que tivemos, do balanço da reunião que a CDU pediu ao Senhor Presidente onde foram discutidos e apresentados assuntos que considerávamos importantes para a inversão da situação em que o Concelho de Soure se encontrava, concluímos que o que vamos ter de fazer no nosso Mandato é conter despesa, é pagar dívida equilibrando financeiramente a Autarquia e ainda, se possível, procurar fazer investimentos em reabilitação, em saneamento ou outros que sejam considerados prioritários.

Com pouco dinheiro e com a redução da receita disponível para Autarquia, certamente será difícil ter outras opções, mas se todos trabalharmos para o equilíbrio financeiro da Autarquia e se possível fazer investimento resolvendo e dando resposta às solicitações das populações, penso que teremos ganho este Mandato. Estou no primeiro ano de Mandato, as eleições foram há dois meses, a posição assumida pela CDU será sempre numa atitude de boa fé e de confiança.

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Dezembro de 2013***

Teremos depois oportunidade de assumir as posições que considerarmos pertinentes no momento.”

O Senhor Presidente referiu que: “Senhora Vereadora, de facto, este Orçamento é “o osso”, isso não quer dizer que os outros nos tenham “comido a carne” até porque “a pele, já nos tiraram”... Fosse qual fosse o Executivo que tivesse sido eleito, ninguém tenha a habilidade de achar que chegava aqui e alterava, em mês e meio, o histórico daquilo que tem sido o País nos últimos anos, em termos da sua forma de gerir e da sua forma de atuar na Administração Pública e a disposição do não cumprimento da Lei das Finanças Locais nos últimos anos, das restrições orçamentais, das restrições ao endividamento, das restrições ao financiamento. O nosso problema nunca se pode colocar do lado da despesa, nunca se pode colocar do lado onde é que o vamos gastar, porque não o há para gastar. Todos os meios financeiros que nos são colocados à disposição são de tal modo escassos, que já estão alocados a compromissos e encargos obrigatórios. O ano de 2014 é, esperemos que seja, apenas o pior ano, para este Executivo em 2015 tenha a capacidade de recuperar o ano de 2014. Que o país recupere também em 2014, que a Europa e o Mundo recuperem, que a economia se desenvolva e que nós possamos arrecadar mais verbas que venham a ser transferidas pelo Orçamento do Estado e que tenhamos capacidade e coragem para fazer os ajustes na Receita que devem ser feitos. Fomos eleitos, foi-nos dado o voto de confiança para governar o Município, durante estes quatro anos, para encontrar uma estratégia. A margem de manobra não é rigorosamente nenhuma e aquilo que estamos a acrescentar a este Plano de Actividades é, no limite daquilo que é o expectável ou até pode ser o razoável. Ir um pouco mais além daquilo que é objetivo porque, em bom rigor, aquilo que a lei nos diz é que não podemos aumentar a Despesa, seja ela corrente, seja ela de capital. Acarinhando bons investimentos, também no Turismo, é um passo que tinha que ser feito como estratégia ou não era dado e continuávamos a estar fora da linha dos grandes investimentos privados no Concelho, portanto esse investimento foi assumido.

A Senhora Vereadora falou na questão da recolha de lixo. Nós tínhamos o serviço de recolha de lixo, no Município, desde que eu me lembre, era com uma pá e uma vassoura nas ruas, era com “uma carroça e com uma mula”, era um serviço que o Município prestava com os seus próprios meios. As pessoas foram-se reformando, os carros e os camiões foram envelhecendo e confrontados no anterior executivo com a impossibilidade de financiamento ou de recorrer a qualquer tipo de financiamento, fosse ele leasing ou empréstimo à banca, para adquirir veículos novos, confrontados

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Dezembro de 2013***

com impossibilidade de recrutar novos funcionários, aumentando, assim o Quadro de Pessoal para substituir aqueles a quem os médicos aconselham, numa primeira fase, a mandar para a aposentação, mas depois na fase da Caixa Geral de Aposentações, não há aposentações, vão para serviços melhorados. Outros, por força da idade ou dos constrangimentos que a atividade de andar na recolha do lixo tem em termos físicos, ficam impossibilitados de o poder continuar a fazer... Portanto, à semelhança do que se passa no resto da Administração Pública, o recurso à prestação destes Serviços Externos, tem sido muito mais que uma decisão de estratégia de gestão. Não é mais que um caminho, é a única porta que está aberta para que se mantenha este serviço de qualidade. Esta experiência está em curso, teremos que abrir novo procedimento, irei propor mais três meses, até ao lançamento do Concurso Público. A verdade é que o Município não tem hipótese de pôr o sistema a funcionar, precisará de 10 a 12 funcionários, precisará de três veículos, estamos a falar de um investimento que pode passar os 600 mil euros, fora a contratação de novas pessoas. Por isso acaba por ser uma inevitabilidade o recurso, na minha opinião, a estes Serviços Externos.

Centro Escolar da Freguesia de Soure, está incluído, porque consta da Carta Educativa do Concelho de Soure, a ampliação ou criação desse Centro Escolar - Jardim de Infância e 1.º Ciclo -, estamos a falar do Ensino Básico. É um projeto que está em carteira se houvesse possibilidade de uma Candidatura...

Para a Educação vamos ter muito pouco dinheiro ou quase nenhum só para casos muito específicos, muito bem justificados, no apoio à Educação, no próximo Quadro Comunitário de Apoio.

Dizer-vos o seguinte: o Plano é este, não vale a pena continuar a dizer que ele está muito condicionado aos compromissos assumidos e à falta de manobra. Nós temos um Plano que tem 5.794.775 euros. Se lhe retirarmos a venda de Bens de Investimento, de 1 milhão e meio de euros, virá para 4 milhões. Aqui há uns anos a Venda de Bens de Investimento chegou a estar em Orçamento, como valendo mais de quase 5 milhões de euros, portanto, estou convencido que será um Plano que nós vamos executar quase a 100%, porque os compromissos estão assumidos e nós temos que os pagar. No meu entender, toda a estratégia do Município coloca-se este ano em duas questões: eficácia, combate ao desperdício, maior rentabilização dos meios técnicos e dos meios humanos da Autarquia. Fazer o máximo com os nossos meios, naquilo que os poucos operários que a Câmara Municipal ainda vai tendo, conseguem e sabem fazer. Nós temos em aberto no lado do plano, investimentos na área da reorganização urbana que são para manter. Investimentos na área da cultura, no apoio ao investimento, que são compromissos assumidos com coletividades e instituições. Outros investimentos estratégicos tem que ver com o apoio ao

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Dezembro de 2013***

desenvolvimento económico, tem a ver com o criar mecanismos de planeamento, comprar a tal cartografia para dar início aos processos de Divisão e Ordenamento Municipal e do Planeamento Municipal, vulgarmente conhecidos como tendo um instrumento final que é o PDM. Continuar a manter os serviços da Ação Social, os serviços da Ecosáude, tudo somado levam os poucos recursos que ficam disponíveis. Dizer muito mais que isto é alargar o campo da discussão para outra das áreas, porventura muito interessantes, muito motivadoras da sensibilidade de cada um. Não há recursos para mais do que aquilo que estão aqui refletidos neste plano. Sabendo nós, inclusive, olhando exaustivamente para aquilo que está sinalizado, e da forma que está quantificada essa sinalização, que é mesmo trabalhar na área, na expectativa, muito mais do que na área do real em muitos casos.”

A Senhora Vereadora Dra. Nádía Gouveia referiu que: “gostaria de começar por referir que os Munícipes de Soure o que esperam deste Executivo é a resolução dos seus problemas e naturalmente, uma consequente melhoria na sua qualidade de vida... e quero acreditar que estamos aqui todos de boa fé, a trabalhar na base da confiança, e que os contributos positivos de todos os Senhores Vereadores são sempre bem vindos. Aliás, tivemos oportunidade de colocar nesta proposta de Plano e Orçamento alguns desses mesmos contributos que nos chegaram da CDU, com sentido de responsabilidade, portanto, o documento não tem que estar finalizado em si mesmo para vir aqui apenas ser discutido e só aqui, em sede de Reunião de Câmara, serem dadas algumas sugestões. Naturalmente que este Executivo, o Senhor Presidente de Câmara, estará disposto e disponível para acolher essas mesmas propostas, sempre que sejam exequíveis.

Dizer que esta Proposta de Plano e Orçamento para 2014 segue a mesma lógica, a mesma metodologia de anos anteriores. Trata-se de uma proposta rigorosa, realista, mantendo a sensibilidade e a consciência social de sempre. O Orçamento previsto para 2014, apresenta um valor de 14.491.425 euros, ou seja, temos quase que recuar ao ano de 2003 para termos valores ao nível deste Orçamento. Em 2013, como sabem o Orçamento apresentava um valor de 16.320.650 euros, em 2004 - 14.834.945 euros, em 2003 - 13.608.425 euros. Mas importa aqui lembrar um facto, que são os sucessivos cortes do Governo nas transferências para as Autarquias Locais. Em 2011, o Município Soure recebeu sensivelmente menos 400.000 euros, em 2012 menos 800.000 euros e em 2014 prepara-se para receber menos cerca de um milhão de euros. Há apenas uma diferença na repartição das transferências face a 2013, é que o Fundo de Equilíbrio Financeiro Corrente aumenta cerca de 460.000 euros, mas já o

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Dezembro de 2013***

FEF Capital diminui sensivelmente 640.000 euros. Isto contribui, de certo modo, para o reforço da auto-suficiência orçamental, ou seja, temos uma diferença de 2.283.543 euros entre a receita corrente e a despesa corrente prevista, permitindo naturalmente uma maior libertação de meios para investimento. Em matéria de descentralização, a aposta deste Executivo mantém-se e até se reforça, pois em 2013 as transferências na despesa representavam 7,59% do orçamento, em 2014, prevê-se que representem 8,16%, portanto, há aqui também um aumento.

Relativamente à Aquisição de Bens e Serviços, temos um pequeno aumento de 22,27% para 28,87% que se deve, basicamente a um aumento de despesa com Iluminação Pública, Baixa Tensão, BTE, Transportes Escolares, rubricas que, como sabem, têm sido alvo de reforços em alterações orçamentais e, portanto, o que estamos a fazer é dotá-las de um maior valor, tentando com isso reduzir os reforços nas várias alterações orçamentais que possam decorrer ao longo do ano. Reforço também na rubrica Estágios Profissionais, uma vez que se mantém a aposta na qualificação e na experiência profissional dos Jovens, terá que ser este o caminho, é este o nosso entendimento...

Na rubrica de Passivos Financeiros, prevê-se mais uma amortização de quase um milhão de euros, 990.000 euros, portanto, vamos continuar a amortizar os empréstimos bancários.

Relativamente à Venda de Bens de Investimento, esta rubrica tem traduzido contabilisticamente a Dívida a Outros Credores que não a Banca, e é de facto o valor mais baixo, não conheço valor mais baixo desde que iniciei a minha actividade política na Assembleia Municipal em 2001...Isto também porque o Orçamento do Estado no artº 236, vem limitar a utilização desta rubrica o que irá asficiar ainda mais o Poder Local em 2015. Portanto, o Orçamento de 2015, terá regras muito específicas na utilização da rubrica 09 Venda de Bens de Investimento.

No que toca a Despesas com o Pessoal, face a 2013, temos mais uma redução de cerca de 80.000 euros, e nos Mapas de Pessoal uma redução de cerca de 20 lugares, ou seja, em 2013 tínhamos 282, em 2014 - 262 por força da Lei em vigor.

Quanto ao Plano Plurianual de Investimentos para 2014, apresenta um valor de 5.794.775 euros, temos uma redução de sensivelmente um milhão e trezentos mil euros, face a 2013, também devido a algumas obras co-financiadas, como por exemplo: o Centro Escolar da Freguesia da Granja do Ulmeiro ou o Campo Sintético da Vinha da Rainha...projectos que já não se encontram em plano, pois as obras estão concluídas e pagas.

Fazendo agora uma análise, não por projecto, mas por áreas de intervenção, verificamos que, por exemplo, o peso previsto da Educação aumenta de 6,34% para

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Dezembro de 2013***

6,57%; a Acção Social aumenta para 7,08%. Podemos confirmar que mais do que a receita proveniente dos 5% de IRS, aqui aprovada, que representa cerca de 370.000 euros, está tudo aqui canalizado na Acção Social. Da mesma forma que, mais do dobro da receita que o Município arrecada em termos de Derrama, aproximadamente 40.000 euros, será investido no Apoio a Actividade e Desenvolvimento Económico. Em termos de Serviços Municipais, também prevemos um aumento com as candidaturas no âmbito do POPH, na Área da Formação e Valorização dos Recursos Humanos.

Depois, nas diferentes áreas, como também já falámos, abrimos projectos com um valor simbólico, porquê? Porque entendemos que é importante continuar a sinalizar politicamente a intenção de os concretizar, embora sabendo que, no actual contexto, não teremos recursos suficientes para os realizar...mas sempre na expectativa que possam aparecer possíveis candidaturas e, dessa forma concretizar esses investimentos fundamentais ao desenvolvimento Concelhio. Esta proposta de orçamento tem, quanto a mim, duas grandes interrogações, e por isso também é que é um exercício de previsão...que se prendem com o novo Quadro Comunitário que ainda não está totalmente clarificado e, por outro lado, os “famosos” Acordos de Execução que decorrem da nova Lei n.º 75/2013, sobre o Regime Jurídico das Autarquias Locais, que entrou em vigor a 30 de Setembro, e que prevê no art.º 133, Acordos de Execução entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, ou seja, há uma série de competências que estão lá designadas, que são delegadas nas Juntas de Freguesia, mas que todos sabemos que as Juntas de Freguesia, não dispõem nem de recursos humanos, nem financeiros, nem materiais para desempenhar essas mesmas competências. Portanto, estes Acordos de Execução exigem uma negociação entre as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal e é, mais uma vez, o Governo a passar a responsabilidade para as Autarquias Locais, delegando competências mas, simultaneamente, cortando nas transferências.

E a terminar dizer, como também referiu a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, que esta é a proposta de Orçamento com a ambição possível e com uma inevitável e responsável contenção face ao actual contexto e aos condicionalismos que todos conhecemos.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “O Senhor Presidente deu o enquadramento geral deste Documento mas circunscrevendo-o aquilo que são os compromissos de anteriores mandatos municipais. Já a Senhora Vereadora foi no sentido de culpar o Governo como sendo o responsável por tudo o que aconteceu, e portanto, só nos resta alguém que use da palavra para falar da Europa, como sendo,

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Dezembro de 2013***

em última instância, a causadora disto tudo. O Senhor Presidente, como me pareceu, falou mais na realidade local e fez muito bem! Concordo consigo. Nós temos que assumir os compromissos que, bem ou mal, foram realizados no passado e que, infelizmente, vamos ter que os cumprir. Agora era importante sabermos, como por exemplo no plano da Cultura, que compromissos são esses? Deixo-lhe aqui um repto directo para que, na próxima reunião de Câmara, nos possa habilitar com informações sobre esse assunto. Que compromissos são? Que compromissos é que estão assumidos com as entidades culturais do nosso Município e qual é o montante dos mesmos?

Segundo assunto: Falou a Senhora Vereadora que este documento foi enriquecido com a contribuição da CDU. Confesso que não vejo como é que a CDU pode, neste caso, enriquecer este documento, mas a Senhora Vereadora saberá certamente responder. De qualquer maneira gostaria que o Senhor Presidente me pudesse informar qual foi a metodologia adoptada por si para receber estes contributos, porque nós não vislumbrámos, em toda esta dinâmica de preparação destes documentos, qualquer hipótese de apresentarmos sugestões ou contributos. A Senhora Vereadora da CDU apresentou-os, teve essa oportunidade, e nós não tivemos.

Para terminar, a Senhora Vereadora falou enfaticamente no Governo como o culpado disto tudo. A Senhora Vereadora e o Senhor Presidente falam com ânimo muito reforçado que a situação em que nos encontramos resulta também de uma diminuição das Transferências do Orçamento Geral do Estado para o nosso Município de um milhão de euros deste ano para 2014. Confesso que não vejo isso espelhado nos documentos e gostaria, se fosse possível, que nos dissessem onde é que foram buscar esse valor de um milhão de euros?”

O Senhor Presidente referiu que: “lamento, mas não vou satisfazer o pedido que fez de trazer para a próxima reunião a quantificação dos compromissos assumidos pelos anteriores Executivos porque, porventura, até já encontro alguns compromissos assumidos do Executivo onde o Senhor Vereador era Presidente da Assembleia Municipal, portanto, saberá melhor do que eu, porventura, a história toda. E tem pessoas na sua bancada que fizeram parte da assunção desses compromissos ao longo dos últimos 20 anos. É uma tarefa que não estou disponível para fazer nos próximos 15 dias, tenho outras tarefas que considero particularmente mais importantes para fazer. Uma coisa são os compromissos que estão assumidos, mas os compromissos que estão assumidos têm a dupla face. Ou

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Dezembro de 2013***

seja, foi criada uma expectativa, foram criados contratos, foram tomadas as deliberações que têm que ter primeiro a sua execução. Nós quando nos candidatamos a uma obra do Quadro Comunitário de Apoio, reafirmamos o contrato, ficamos a fazer conta com a receita para o co-financiamento, mas temos que executar a obra primeiro.

Por aquilo que pude observar, e tem sido prática do Município, também se exige isso dos compromissos, dos acordos de cooperação que têm existido entre o Município e as diversas Instituições do Concelho. Só fazendo uma análise muito apurada do Concelho e da diversa dinâmica das Instituições é que se pode apurar que se, porventura, há alguma “paixão” de quais são as obras, de quais são as dinâmicas que estão em curso e cujo Município ainda não tenha cumprido com a sua parte.

Quanto aos contributos que cada Vereador deve dar para o exercício... Este não é um órgão político ou deliberativo, não é o órgão da estratégia política, é o órgão de execução. O Executivo executa as tarefas que lhe são confiadas pelo órgão deliberativo, contribui para a estratégia, orienta, propõe à Assembleia Municipal que decide e delibera. O contributo é dado todos os dias pelas pessoas que fazem parte do Executivo, a “porta está aberta”, inclusive, a nova lei dá hipótese aos Vereadores de proporem agenda, de proporem ordem do dia, coisa que nessa parte era omissa em anterior legislação. Se algum dos Senhores Vereadores não tem disponibilidade, porque o povo não lhe deu a possibilidade de ficar cá a tempo inteiro, mas se não tem disponibilidade sem estar a tempo inteiro de dar o seu contributo, tem uma alternativa, é pedir a suspensão de mandato. Enquanto não tiver essa disponibilidade, ou renunciar, se não tiver essa disponibilidade. O Povo quis que fosse esta a composição. Os Senhores Vereadores têm os meios que entendo que são adequados para o exercício do vosso mandato, à semelhança daquilo que é norma e que cumprindo o estatuto de oposição, que eu estou a procurar que os Senhores Vereadores cumpram. Portanto, os meios, se esses não chegam, procurem sugerir outros que tentaremos ver a necessidade de os satisfazer. Os Senhores Vereadores têm o meu contacto, sabem onde é o meu gabinete, sabem onde é que é a Câmara Municipal, conhecem os serviços. Historicamente e pessoalmente cada um dos Senhores sabe muito bem, até melhor que eu, como funcionam os serviços. Tiveram oportunidade de apresentarem os vossos contributos e não contribuíram. Não sei se a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, nas conversas que tive com ela, lhe satisfiz em Plano muitas ou poucas sugestões. Construámos o Plano dentro daquilo que achámos que era razoável, ouvindo as pessoas que se quiseram fazer ouvir. É um pouco como os Empresários Locais, que eles existem, existem, nos

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Dezembro de 2013***

sabemos que eles estão no mercado, agora quais é que estão disponíveis para muitas vezes também virem servir o Município? Também tem um pouco a ver com a vontade de cada um. Aquilo que se percebeu é que a vontade dos Senhores Vereadores eleitos pela coligação PSD/CDS, sabendo que chegando ao dia de hoje teríamos um Plano sobre a mesa, não deram contributo algum sobre a forma como devíamos ter a nossa estratégia, em termos de receita ou em termos de despesa. Eu não li, o vosso programa, como não fazia conta de votar na vossa coligação, para mim esgotou-se no dia das eleições, o Povo escolheu. Quem pretender fazer valer as suas sugestões tem que as fazer chegar ao órgão próprio ou aos parceiros próprios dentro do próprio Executivo. Não me chegou, da vossa parte, nenhuma sugestão, quer para a receita, para a forma como devíamos encontrar receita, quer para a forma como devíamos aplicar essa receita a favor da população do Concelho de Soure. Desconheço, zero, sobre aquilo que são as propostas do PSD/CDS neste Executivo e em particular de cada um dos Senhores Vereadores. Fui ouvindo sugestões de quem está em regime de permanência, temos o dever diário de gerir a Câmara Municipal e foi para isso que o povo confiou em nós. Sabendo que chegando a esta altura, tínhamos que decidir este documento, duvido que, quer nos últimos anos, quer noutros Municípios, tenha sido entregue a Vereadores da Oposição com quatro ou cinco dias de antecedência para análise. Porventura, nos últimos anos, mesmo quando o Senhor foi aqui Vereador ou Presidente da Assembleia Municipal, lhe chegou à mão tão atempadamente, por isso fiz o esforço, juntamente com a Senhora Vereadora Dra. Nádía Gouveia e com os técnicos da Câmara Municipal, para ter o Plano e Orçamento possível, para o momento que vivemos.

Temos a água mais barata do país, temos as taxas mais baratas do país, temos um serviço que é muito virado para as pessoas e para o facilitar da vida dos contribuintes municipais e depois disso também se reflecte na receita e na nossa capacidade de investimento. Temos que ter uma estratégia diferente e temos que encarar a atual conjuntura interna. O Concelho de Soure, nos últimos quatro anos, e eu aí orgulho-me de ter pertencido a esse Executivo, baixou a dívida, quer em termos de dívida a fornecedores de conta corrente, quer de fornecedores que não à banca, quer a própria dívida à banca. Mesmo termos recorrido ao PAEL que é uma dívida ao Tesouro Português para pagamentos a fornecedores. Ainda assim, estou plenamente convencido, e por todos os indicadores que tenho trabalhado com a Senhora Vereadora Dra. Nádía Gouveia, na parte financeira, que vamos chegar a Abril e provar, como já aqui foi dito em anteriores reuniões, que a dívida global do Concelho de Soure é, mais uma vez, no final do ano de 2013, a mais baixa dos

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Dezembro de 2013***

últimos anos e isto, tem os seus custos. Custos estes que nos impossibilitam de, na hora de “emagrecer”, chegar ao “osso”. De não ter mais nada para dar este ano. Mas também, esta contingência de chegar a ir ao “osso”, obriga-nos a refletir e recomeçar uma estratégia que nós temos para o nosso Concelho. Essa estratégia obriga a um compromisso de todos, obriga a sugestões de todos, mas não são só sugestões do lado da despesa, porque isso é fácil sugerir, mas aqui o mais interessante sugerir é que haja quem pague. É preciso pensar na estratégia do lado da receita, porque do lado da despesa só começando a despedir funcionários e eu ainda não estou para aí virado. Há que ser exigente com os funcionários, há que exigir maior produtividade, há que exigir o cumprimento de objetivos, há que exigir que as tarefas sejam cumpridas com zelo e com discernimento. Há que exigir maior utilização dos equipamentos, isso chama-se otimizar a despesa. Nos próximos meses temos que encontrar formas de aumentar a receita do Município.

Sobre o Quadro de Pessoal, baixamos vinte lugares, passamos para duzentos e sessenta e dois lugares. Em termos reais, o Município de Soure era obrigado durante o ano de 2013 a baixar 2% dos seus funcionários no ativo, não o conseguiu, não sabemos se o conseguirá até ao final do ano... Podemos passar para 2014 com esse incumprimento, sendo que o objetivo já está definido para 2014, de baixar mais de 2%, ou seja, mais cinco funcionários, em termos reais. Nós, de facto, não baixámos mais as despesas com pessoal, porque tomámos orientação estratégica, da possibilidade de aumentar os custos com os Estágios Profissionais, porquê? É uma das formas de intervenção social que nós temos. As dezenas de jovens que engrossam os milhares de desempregados de uma faixa etária entre os 20 e 35 anos, nomeadamente dos recém formados licenciados ou com formação média, leva-nos a dar esta oportunidade, ou pelo menos, esse instrumento dos estágios profissionais, que nos custam a nós 50% e ao Fundo Social Europeu outros 50% Dar oportunidade aos jovens de se manterem, enquanto se espera que a crise passe, de terem aqui uma oportunidade de estarem ocupados e de desenvolverem as suas capacidades profissionais. Daí que pretendemos manter para 2014, porque a lei não o permite fazer de outra forma. O ideal seria que nos deixassem contratar pessoas. Pessoalmente vos garanto que havíamos de fazer o esforço, de ajustar a despesa noutras áreas para contratar mais pessoas, aí sim para a área da higiene e limpeza, para que a recolha do lixo pudesse ser nossa, para a área da água e do saneamento, para um serviço de melhor qualidade no abastecimento público de água e no saneamento, para limpeza das vias municipais... Estas são áreas em que o Município se encontra deficitário de operários.

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Dezembro de 2013***

Portanto, esta impossibilidade de haver um “corte cego” no número de funcionários, sejam eles de que áreas de intervenção, forem, levam a que no futuro tenhamos que temos que recorrer fora do nosso Quadro de Pessoal para executar determinado tipo de tarefas.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “no campo da dialéctica política e dos debates, naturalmente que nós temos que nos habituar a sermos confrontados com questões que, à partida, nos parecem muitas vezes até desprovidas de sentido, mas que temos que ter em linha de conta que quem as produz tem algum objectivo na maneira e na entoação que lhe dá. Nesse sentido, Senhor Presidente e Senhores Vereadores, entendemos que a resposta que o Senhor Presidente deu à minha questão sobre matérias relacionadas com a não existência de um quadro que permita aos Vereadores da oposição apresentarem sugestões ou propostas em termos de Plano e Orçamento, me continuam a suscitar profundas dúvidas. Não foi criado, manifestamente, um quadro dessa natureza. Nem eu, nem nenhum dos meus colegas, fomos alguma vez confrontados ou colocados em situação em que nos pudéssemos sentir úteis na manifestação dessas intenções e por isso entendo, Senhor Presidente, que a maneira como se pronunciou há pouco não só é deselegante como não beneficia, manifestamente, a criação de um espaço de debate aqui nesta Autarquia que permita que as questões sejam colocadas com frontalidade e com o sentido de utilidade que um órgão desta natureza tem que ter.

O Senhor Presidente entendeu também não responder à minha questão sobre os compromissos no campo da cultura que foram assumidos pelo último Executivo e eu, manifestamente, entendo que essa é uma questão pertinente. Quais são esses compromissos? Quanto é que oneram esses compromissos? Irei, logo que me seja possível, apresentar um requerimento a V. Exa. e a esta Câmara Municipal, no sentido de ser habilitado com essas informações, ou seja, a nossa bancada quer saber que compromissos foram assumidos no último mandato e qual é o montante dos mesmos.

A Senhora Vereadora, Dra. Nádia Gouveia, também não respondeu à minha questão sobre o corte de um milhão de euros que eu não descortino nos documentos que tenho, mas, porventura, noutra oportunidade certamente terei uma resposta sobre isso.

Sobre esta matéria em concreto, gostaríamos de dizer o seguinte: as Grandes Opções do Plano são instrumentos fundamentais de política municipal e reflectem opções que precisam de ser justificadas e, se possível, consensualizadas, tendo por

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Dezembro de 2013***

base a situação do país, do Concelho e aquilo que se antecipa como evolução política, social e económica, a curto e médio prazo. Na verdade, a própria lei faz projectar as Grandes Opções do Plano a três anos, para além do exercício do ano a que se referem. É por isso, para nós, preocupante que estes documentos primem pela ausência de um pensamento enquadrador de estratégia, que balize as opções tomadas e, de alguma forma, permita perceber, avaliar e explicar o que a liderança executiva tem em mente para o futuro.

A população do Concelho de Soure, que vive em dificuldades, gostaria de perceber, estamos certos, o que pretende a sua Câmara Municipal, como vê esta o futuro e como pretende minimizar as dificuldades e melhorar a competitividade, a qualidade de vida, a situação económica e social do Concelho. O que resulta é circunstancial, pobre e frágil sobre todos os pontos de vista.

Mesmo assim, e após uma análise sucinta às Grandes Opções do Plano e correspondente Orçamento para 2014, já que os mesmos nos foram remetidos sem o tempo adequado e imprescindível para um escrutínio detalhado ou até propiciador de apresentação de propostas alternativas, podemos verificar que o seu actual valor global, quando comparado com o ano anterior, passou de 7.501.000,00 euros em 2013 para 5.791.000,00 euros para 2014, ou seja, constata-se uma redução de 1.709.000,00 euros, menos 22,8%.

Concretizando, a proposta de orçamento para 2014 apresenta na rubrica 1 – Educação uma redução de cerca de 70.000,00 euros, isto é, menos 15,5%.

Na rubrica 2 – Cultura, Desporto e Tempos Livres há uma redução de 324.000,00 euros, portanto, de menos 40% de investimento nesta área.

Na rubrica 3 – Acção Social, propõe-se uma redução de 71.000,00 euros, menos 14,8%.

Na rubrica 5 - Habitação, Urbanismo e Urbanização há uma redução de 255.000,00 euros, ou seja, menos 18,4% nesta área com maior relevância na sub-rubrica 0.104 Urbanização e Urbanismo que passa de 756.000,00 euros em 2013 para 472.000,00 euros em 2014, uma redução de 283.000,00 euros, menos 37,5%. Esta redução deve-se a quê? Como se explica?

Na rubrica 6 – Saneamento e Salubridade há um aumento do valor proposto para 2014, face a 2013, de 700.000,00 euros para 942.000,00 euros, mas curiosamente na sub-rubrica 01 – Rede Esgotos há uma redução do investimento para 2014 de 58.000,00 euros. Passa de 307.000,00 euros para 249.000,00 euros, ou seja, menos 19%. A Rede de Esgotos nunca mais é prioridade neste Concelho. Mais curioso ainda é o aumento brutal da Despesa na sub-rubrica 02 – Tratamento de Resíduos que passa de 216.000,00 euros em 2013 para 665.000,00 euros em 2014, um

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Dezembro de 2013***

aumento de 450.000,00 euros, mais 180% de despesa com a recolha, transporte e tratamento dos resíduos. Qual é motivo deste aumento brutal que justifica o triplicar da despesa? Haverá alguma justificação lógica deste aumento brutal da despesa?

Na rubrica 8 – Abastecimento Público de Água e Desenvolvimento Económico verifica-se uma redução de investimento na melhoria da Rede de Abastecimento de Água de 84.000,00 euros que passa de 562.000,00 euros para 478.000,00 euros, ou seja, menos 15%. Nesta área, como temos conhecimento do deficiente abastecimento de água sobretudo na zona serrana ou em Vila Nova de Anços, por exemplo, ficamos muito apreensivos em relação a esta situação. Na sub-rubrica 04- Apoio à Actividade Económica constata-se um valor residual de investimento de 45.000,00 euros. Prova-se assim que, para o actual Executivo, esta rubrica não é prioritária. Vamos ter, a curto prazo, um investimento feito pelo Governo de Portugal ao serviço dos habitantes de Soure e de todos aqueles que nos visitam e aos que pretendem investir em Soure, o Nó de Acesso à Auto-Estrada A1, e o Município não cria condições para potenciar a criação de emprego, fixar novas empresas no Concelho, de fixar famílias, de evitar contínua desertificação do nosso território. Aguardamos há mais de uma década pela entrega de um Plano de Pormenor para a potencial Zona Industrial da Venda Nova e da sua posterior execução ou pela redefinição estratégica e consequente melhoria da actual Zona Industrial de Soure. Sobre estes assuntos continua o silêncio e o desleixo.

Por fim, importa olhar para a rubrica 9 - Comunicações e Transportes onde se verifica uma redução de proposta de investimento para 2014, face a 2013, de 693.900,00 euros, ou seja, menos 33%. Tal só pode significar que tendo sido 2013 um ano de eleições, foi desencadeado, com fins políticos, um volume anormal de investimento nesta área.

Quanto à análise ao Orçamento global para 2014 da Receita e Despesa, relativamente ao Orçamento para 2014, verificamos uma redução global de 1.829.000,00 euros, ou seja, passamos de 16.320.000,00 euros em 2013 para 14.491.000,00 euros em 2014, uma redução de 11,2%. Estranhamente verificamos contudo um aumento das Despesas Correntes, ou seja, de funcionamento, em 759.000,00 euros. Passa de 9.000.000,00 euros em 2013 para 9.775.000,00 euros em 2014, um aumento de 8,4% que representam 67,47% do total da despesa, aumento este que advém sobretudo do aumento da aquisição de serviços, porventura da recolha de resíduos, mantendo-se o custo com pessoal.

Na parte das Despesas de Capital em investimento, verifica-se uma redução 2.500.000,00 euros. Passa de 7.304.000,00 euros em 2013 para 4.715.000,00 euros

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 23 de Dezembro de 2013

em 2014, há assim uma redução de 35% do orçamento do Município para o ano de 2014 face ao ano anterior, o que vem provar, mais uma vez, o despesismo que aconteceu em 2013 e o aumento da dívida.

Concluimos assim que, o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2014, estão destituídas de qualquer lógica estratégica, estão desprovidos de ambição e parecem servir apenas para pagar a factura eleitoral das últimas Eleições Autárquicas. De igual modo, não aposta na criação de emprego e riqueza ou sequer em fixar empresas e famílias, tal como não potenciam a melhoria da qualidade de vida dos residentes porque apresentam reduções substanciais nos investimentos nas áreas da Educação, Cultura, Desporto e Tempos Livres, Acção Social, Habitação, Urbanismo e Urbanização, Rede de Esgotos, Abastecimento Público de Águas e Rede de Comunicações e Transportes. São portanto documentos que retratam bem a actual situação do Concelho de Soure, incapaz de descolar do fim da tabela no que à qualidade de vida diz respeito e que só tem para nos mostrar um futuro ainda mais negro e desanimador. Soure não merece este desígnio e esta falta de qualquer pensamento estratégico que nos impeça de dar a volta a tão triste e desanimadora situação".

O Senhor Vice-Presidente Dr. Jorge Mendes referiu que: “depois da exposição do Senhor Vereador, Dr. Carlos Páscoa, fiquei perplexo. Fiquei perplexo porque só entendo essa comunicação se foi escrita, anteriormente a esta discussão. Debitar esses números, todos nós já conhecemos, estão aqui no papel. Depois daquilo que nós falámos aqui, aquilo que disse aí não traz nada de novo, é debitar os números que aqui estão... Há pouco dizia que não sabia se eu iria intervir dada a tónica decorrente das intervenções anteriores, a tónica de que o Governo poderia ser um dos responsáveis por essa situação, se calhar iria tocar outra vez nesse assunto. Eu achava que não havia necessidade, todos nós conhecemos a estratégia do Governo e todos nós, para além desta vida, tínhamos uma vida pessoal e profissional que todos conhecemos. De facto, aquilo que debitou aqui, peço perdão por lhe dizer isso, é incompreensível e ninguém compreendia. Qualquer Munícipe que tivesse aqui hoje não compreendia a sua intervenção. Esperava que o Senhor Vereador para além de debitar estes números que todos nós conhecemos, dissesse o que queria fazer para o Concelho, de que forma é que podíamos ter o orçamento melhorado, porque aquilo que nos disse, foram só valores absolutos. Os valores absolutos nós conhecemos, mas estes valores absolutos resultam de uma diminuição do Orçamento de que o Município de Soure não é responsável. Se o Senhor Vereador olhasse para os Orçamentos anteriores verificava que houve uma diminuição. Diminuímos de 2011

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 23 de Dezembro de 2013

para 2012 - 400.000,00 euros, no ano seguinte para 800.000,00 euros e agora para 1.000.000,00 euros. Isso nem é novidade para ninguém, isso é do senso comum, todos os Municípios conhecem essa realidade, portanto, não sei como é que produziu essas afirmações.

Posto isto, como questão prévia, queria abordar, porque ainda não o fiz, a questão das Grandes Opções do Plano e do Orçamento. Este Orçamento e estas Grandes Opções do Plano são de facto dois documentos de forte contenção, não porque estivéssemos interessados nisso, mas porque estamos obrigados a isso. Foi o Governo que deixou de transferir as verbas para as Autarquias. Foi o Governo que determinou uma resolução substancial das Despesas Correntes e Despesas de Capital, portanto, não fomos nós que definimos essa estratégia, foi-nos imposta e só estamos a cumprir a Lei. Foi o Governo também que proibiu o acesso a novos empréstimos, portanto, não há capacidade de aumentarmos o Orçamento. Não estamos aqui para fazer ilegalidades, resulta da lei, não há outra hipótese e isto não é novidade para ninguém e para o Senhor Vereador muito menos.

Agora no que respeita a estes documentos, de facto são dois documentos de contenção, mas também revelam preocupação social. A chave do plano não é muito diferente daquilo que tem sido nos últimos anos, não o poderia ser, porque há dois meses ninguém podia prever que chegássemos aqui e revolucionássemos isso. Se o Senhor Vereador estava a pensar isso estaria complementarmente enganado, não é em dois meses que nós vamos alterar o que quer que seja, podemos ir aperfeiçoando e estamos a fazê-lo, mas não há hipótese de chegar aqui e revolucionar. Agora, não é em dois meses que o Orçamento ou as Grandes Opções do Plano alteram significativamente. A chave de repartição é sensivelmente a mesma, para nós continua a ser importante algumas áreas, nomeadamente a Educação, Cultura, Acção Social e Saúde, essas mantêm-se. O que temos que ver aqui é se em termos percentuais diminuimos e não aumentamos, não é em termos absolutos. Se o Orçamento é menor, é claro que em termos absolutos estas rubricas diminuirão todas. O que interessa aqui é saber se em termos percentuais, nós valorizamos mais ou menos essas rubricas, é isso que está aqui em causa, agora se o orçamento reduz, os valores em absoluto também reduzem. É óbvio, mas não fomos nós que criámos essa situação. Agora o que nos interessa aqui é que as áreas mais importantes, para nós, estão salvaguardadas.

Face a este quadro actual de recursos que são escassos e à escassez de meios, o Orçamento é o possível, é um orçamento de contenção, e, simultaneamente de consciência social. Assistimos a uma diminuição das Receitas porque é o que resulta da Lei. Houve também preocupação de não aumentar as Despesas, sejam de

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Dezembro de 2013***

Capitais, sejam de Despesas Correntes, nomeadamente até do montante global, porque isso resulta também da Lei. As Receitas Correntes excedem em muito as Despesas Correntes, isto é importante em qualquer Orçamento, mas aqui é mais acentuado. Basta olhar por exemplo para 2011, essa diferença era de 1.000.000,00 euros, em 2014 está aqui previsto 2.300.000,00 euros. A consolidação da auto-suficiência orçamental está muito mais acentuada neste orçamento. Continuamos a diminuir as despesas de pessoal, neste caso em 80.000,00 euros de um ano para o outro. O que interessa aqui, para além da análise da despesa, é o que pretendemos no futuro. E o que pretendemos no futuro é, com os meios que temos, uma maior eficácia, uma maior rentabilização dos meios e sobretudo potenciar as receitas. O grande desafio no futuro é saber o que é que podemos fazer para aumentar as receitas e isto não é objectivo ou não deve ser objectivo, só dos Vereadores e do Presidente da Câmara que esta aqui a tempo inteiro, é de todo o Executivo. Temos que saber, nos próximos tempos, qual vai ser a posição de cada uma das bancadas, embora eu não queira tratar isto como bancadas separadas porque fazemos todos parte do mesmo executivo, mas temos que olhar para o futuro e saber que temos que otimizar as receitas. Estamos vinculados a isso no âmbito do PAEL, desde logo porque somos o Órgão Executivo e, de facto, essa receita tem que ser aumentada.

Deixo aqui a devida nota, fiquei perplexo com a sua intervenção.”

A Senhora Vereadora Dra. Nádía Gouveia referiu que: “gostaria só de dizer ao Senhor Vereador do PSD o seguinte: falei no Governo e sim também poderia falar na Europa e até no Mundo...porque, como certamente saberá, Soure pertence a Portugal, integra a Europa e pertence ao Mundo, portanto, não é uma “ilha isolada” onde, se calhar, consegue ler esses números...Numa anterior Reunião de Câmara, tive oportunidade de lhe dizer que assuntos sérios deviam ser tratados de forma séria, aquando de uma informação sobre PAEL...Hoje na discussão da proposta de Orçamento, como disse o Senhor Vice-Presidente, Dr. Jorge Mendes, ele ficou perplexo com a sua intervenção, eu diria que fiquei perplexa ao quadrado com a análise que o Senhor Vereador fez...Estamos a falar de um Orçamento em que importa saber o peso relativo previsto nas várias áreas, que já foi explicado, o porquê da redução de receita...e o Senhor Vereador limita-se a fazer uma análise em termos de valores absolutos, portanto, não me parece que esteja a fazer uma análise nada séria.

Só também reafirmar o seguinte: sim, um milhão de euros, se for ao mapa dezanove do Orçamento de Estado, conseguirá ver claramente que de 2010 para 2011 houve

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Dezembro de 2013***

uma redução de 7.558.161 euros para 7.180.253 euros; em 2012 - 6.821.209 euros e em 2014 - 6.633.223 euros, ora se somar A+B+C, atinge o tal milhão de euros que há pouco referi...

Por outro lado, a Câmara Municipal de Soure também não faz Lei, ainda não legisla...Logo, não foi certamente a Câmara Municipal de Soure que produziu a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, não é a Câmara Municipal de Soure que legisla sobre a Lei das Finanças Locais, não é a Câmara Municipal de Soure que legislou a Lei n.º 75/2013 sobre o Regime Jurídico das Autarquias Locais, portanto, aí também não se entendem as suas dúvidas...

No plano técnico, relativamente ao aumento das Despesas Correntes, não vou responder novamente...pois fiz uma abordagem política, mas também muito técnica, e penso que o Senhor Vereador só pode ter estado desatento... expliquei o aumento da rubrica de bens e serviços, a que é que se devia, referi claramente as rubricas específicas onde é que houve esse aumento e porquê, e portanto, vou tentar acreditar que esta intervenção não passou de uma mera desatenção.”

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “Senhor Presidente, estando a terminar a discussão destes dois documentos estratégicos e certamente iremos passar obrigatoriamente à sua votação, gostaria de dizer o seguinte: das conversas que tivemos, da reunião que a CDU pediu ao Senhor Presidente e em que discutimos e apresentámos aquilo que considerávamos que deveria ser estratégico para a inversão da situação em que o Concelho de Soure se encontrava, poderei dizer que poderemos andar aqui a discutir o que entendermos, mas na realidade aquilo que vamos ter que fazer no nosso Mandato é conter despesa, é pagar dívida equilibrando financeiramente a Autarquia e ainda, se poder, procurar fazer investimentos em reabilitação, em saneamento ou outros que sejam considerados prioritários.

Com pouco dinheiro e com a redução da receita disponível para Autarquia, certamente será difícil ter outras opções, mas se todos trabalharmos para o equilíbrio no plano financeiro da Autarquia e se possível fazer investimento resolvendo e dando resposta às solicitações das populações, penso que teremos ganho este Mandato. Estou no primeiro ano de Mandato, as eleições foram há dois meses, a posição assumida pela CDU será sempre numa atitude de boa fé e de confiança. Teremos depois oportunidade de assumir as posições que considerarmos pertinentes no momento.”

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Dezembro de 2013***

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “em resposta à Senhora Vereadora, Dra. Nádía Gouveia, continuo a achar que as contas não estão bem feitas. A Senhora Vereadora diz que houve a diminuição de um milhão. Está a somar contas de há quatro anos para cá. Devo dizer que as Transferências do Orçamento Geral do Estado para o Município de Soure, de 2013 para 2014, baixam em 195.986,00 euros e não no milhão que a Senhora refere”.

A Senhora Vereadora Dra. Nádía Gouveia referiu que: “o Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa, há pouco dizia que devíamos ter um orçamento a quatro anos para a despesa...ou seja, para a despesa deve haver uma previsão a quatro anos...mas já para a receita defende um orçamento a um ano, muito bem...dois pesos, duas medidas! E não é 195.986 euros, repito é uma redução de 187.986 euros de 2013 para 2014 e de sensivelmente 1.000.000 euros entre 2011 e 2014.”

O Senhor Presidente da Câmara referiu que: “as principais questões aqui colocadas já foram respondidas. Quanto ao manifesto do PSD lido pelo Senhor Vereador, Dr. Carlos Páscoa, não tenho grandes comentários. Ainda bem que o Concelho de Soure não lhe deu a vitória, porque o que se auguraria daí era uma total irresponsabilidade sobre um desconhecimento total. O que me deixa perplexo, porque estando os eleitos pela Coligação PSD/CDS com grande e reconhecida experiência em atividade autárquica. Há mais de vinte anos que os conheço ligados, o Senhor Vereador, Dr. Carlos Páscoa, à política ativa e ligados à vida autárquica. Estava à espera de maior responsabilidade na análise que fizeram sobre o documento. Reafirmo que, de facto, uma atitude responsável, uma atitude que promete trabalho e empenho, naquilo que é fundamental, mas sem criar falsas expectativas. Nós, eleitos do P.S., sabíamos ao que vínhamos, sabíamos quais eram as capacidades do Concelho para os próximos anos, sabíamos o momento em que vivíamos, sabíamos quais eram as capacidades de investimento do Município, sabíamos das nossas carências e das nossas necessidades. E sabemos o que é que queremos. Se aquilo que queremos é o que está aqui refletido? Não!!! Somos muito mais ambiciosos do que aquilo que está aqui refletido. Mas o que está aqui refletido é o sentido de responsabilidade dos eleitos pelo Partido Socialista, que manifestam desde a primeira reunião de Câmara que houve deste Executivo, disponibilidade, foi de abertura e procuram um compromisso de trabalho a sete, porque foi assim que o povo decidiu. Se fazem deste Executivo um órgão de intervenção de retórica

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 23 de Dezembro de 2013

política é um problema vosso. Ficaré a vossa atuação, ao longo destes quatro anos de mandato virada para retórica política. Pessoalmente acho que se enganaram no órgão que se candidataram, deviam-se ter candidatado à Assembleia Municipal, à Assembleia da República ou vêm aí o Parlamento Europeu, ainda estão a tempo... Agora aqui é um órgão de execução. Um órgão de apresentar soluções, um órgão de responsabilidade e, de facto, os contributos que tive foram aqueles que me quiseram fazer chegar, pelos Senhores Presidentes de Junta, por alguns Senhores Deputados Municipais, pela CDU, que pediu reuniões para fazer chegar as suas preocupações. Os compromissos assumidos no campo da Cultura, Ação Social, outro tipo de compromissos, são compromissos de vários Executivos, alguns dos quais os Senhores Vereadores fizeram parte. Portanto, tudo isto tem uma história. Os compromissos quando se assumem têm uma história, tanto são válidos quando é no Executivo Municipal, quando falamos no Executivo Nacional. É assim que é feita a história do poder democrático, não vivemos em permanente revolução, não vivemos em permanente rotura. E por isso também, quando o atual Governo se defende de algumas políticas que adopta com a Troika, com a intervenção externa a Portugal foi por opção. Na minha opinião e de alguns estratergas nacionais, o país foi obrigado a recorrer à ajuda externa. Porventura, havia quem defendesse que não teria necessidade disso, bastava termos aprovado o PEC4, porventura, estaríamos livres desta situação. As “correntes” a que os Senhores estão ligados optaram por essa hipótese e daí estamos no ponto em que estamos. De facto é descabida a análise que o Senhor Vereador fez da redução, rubrica a rubrica, em termos absolutos. A nossa preocupação é esta: Educação 2013 - 6,34% e 2014 - 6,57%; Cultura Desporto e Tempos Livres 2013 - 11,38% e 2014 - 8,35%, uma redução sim porque terminámos o investimento no Pavilhão Desportivo da Granja do Ulmeiro e do Campo Relvado Sintético da Vinha da Rainha. Este ano não há um investimento desta ordem, mas o apoio ao funcionamento continua a existir. Na Acção Social 2013 - 6,77% e 2014 - 7,08%; na Saúde 2013 - 1,22% e 2014 - 1,50%; na Habitação Urbanismo e Urbanização 2013 - 19,53% e 2014 - 19,52%; no Saneamento e Salubridade 2013 - 9,86% e 2014 - 16,27%, quase que duplicámos; Na Protecção Civil 2013 - 2,72% e 2014 - 3,22%; no Abastecimento Público de Água 2013 - 9,99% e 2014 - 10,58%; nas Comunicações e Transportes, de facto, há aqui uma opção estratégica. Muitas estradas do Concelho de Soure merecem igual ou melhor arranjo que aquelas que o tiveram durante o ano de 2013, mas é aqui que entra a opção política. A política é feita de escolhas, como disse um Deputado da Bancada do PSD na última Assembleia Municipal quando estávamos a discutir os Impostos Municipais, a política é feita de escolhas, são opções. Ao diminuirmos as

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Dezembro de 2013***

Comunicações e Transportes, não quer dizer que não tenhamos aí estradas à beira de ficarem degradadas, não há é dinheiro para tudo. Tivemos que fazer opções e optámos pela Educação, Cultura, Acção Social, Saúde, Habitação Social... O IHRU há dois anos que não paga um tostão das participações a que estão obrigados por contrato com o Município de Soure. Tudo o que é feito em termos de Habitação Social está a ser suportado a 100% pela Câmara Municipal, ficando nós à espera que o Estado cumpra a sua parte do contrato que tem conosco. Os compromissos não são só a Câmara Municipal com as Associações Culturais, também é o Estado que não cumpre as obrigações que tem com a Câmara Municipal. Na defesa do Meio Ambiente há, de facto, uma diminuição. Nos Serviços Municipais, a tal estratégia de modernizar os Serviços, de dar maior incremento e preparar o futuro, também há um aumento. Em termos absolutos os números são estes. A discussão coloca-se do lado da receita, como é que a distribuímos. A arte de governar é fazer gerir, fazer distribuir a riqueza do país da forma que for mais adequada. A nossa riqueza para este ano é de 14.000.000,00 euros e é a forma como a distribuímos que é importante. Portanto, ainda bem que os Senhores não ganharam as Eleições porque se os Senhores viessem para aqui com a distribuição diferente da que o Senhor está indignado, então teríamos a Câmara Municipal de Soure igual a algumas vizinhas, governadas à sua maneira, de não saber o que fazer com as receitas que têm, mas apenas fazer números, com números que não são nada responsáveis.

Os nossos compromissos são de mais rigor na execução, mais rigor na despesa, potenciar os meios municipais que temos de modo a obter ganhos que serão aplicados no futuro, na nossa estratégia. A nossa estratégia é a Regeneração Urbana, o Turismo, a Modernização do Município, a Atividade Económica. Estes são quatro pontos chave e é para aqui que vamos direccionar todas as nossas capacidades e todos os nossos recursos.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “Senhor Presidente, naturalmente os pontos de vista devem ser defendidos com calor, devem ser defendidos com a justeza e a justiça de quem os profere, tendo em linha de conta aquilo que é o seu pensamento sobre determinadas matérias. É irresponsável da sua parte achar que por haver oposição ela, em si própria, é irresponsável. Aquilo que o Senhor Presidente ouviu, certamente com atenção, foi aquela que é a nossa opinião sobre estes documentos. A nossa opinião, em caso algum, pode ser apelidada de irresponsável pois é a nossa opinião. Nós somos três e não quer dizer que os três pensemos da mesma maneira sobre todos os assuntos. Há entre nós também

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Dezembro de 2013***

debate sobre questões concretas que, naturalmente depois são vertidas aqui em sentido de voto. Agora, irresponsável é o Senhor Presidente achar que nós estamos aqui para concordar com tudo o que o Senhor diz ou com tudo o que apresenta. Isso é que seria irresponsável e nós nunca teremos essa posição. Por isso também nunca viremos para aqui falar que tomamos esta ou aquela posição porque ganhámos as eleições ou perdemos as eleições. Nunca nos ouvirá dizer isso. O senhor está sentado nessa cadeira há custa de somente duzentos votos e nunca me ouviu falar sobre essa questão. Nós fomos eleitos como V. Exa. foi, e portanto, certamente para que haja um bom entendimento entre todos nós, nos quatro anos em que vamos estar sentados à volta desta mesa, é importante que saiba, e utilizando a sua linguagem, que fomos eleitos com praticamente o mesmo número de votos com que o Senhor foi eleito. Por isso, quando usamos da palavra, usamos da palavra respaldados naquela que foi a vontade do povo de Soure. Nunca deve esquecer essa situação porque aquilo que manifestamente o Povo de Soure e o Concelho de Soure não precisam é de um Presidente da Câmara que continue sempre a falar sozinho porque o que aconteceu até agora tem sido isso. O Senhor Presidente não queira adoptar medidas dessa natureza, porque quando fala em rigor na execução, rigor na despesa, onde é que isso já se viu aqui? Onde é que já se viu isso, onde é que está o rigor na execução, onde é que está o rigor na despesa? Não queira ver-se ao “espelho de uma fotografia” que não é sua e tenha uma postura diferente daquilo a que estamos habituados, porque quando nós apresentamos sugestões, são sugestões que, naturalmente no nosso ponto de vista, são úteis para o Concelho. O Senhor Presidente discorda, e é um seu direito. Mas não tem que estar a apelidar situações ou propostas que não são as suas de irresponsáveis porque, para todos os efeitos, não é essa maneira correcta de se agir num órgão desta natureza. Nunca me ouvirá aqui dizer que as posições da equipa presidida por V. Exa. são irresponsáveis, nunca me ouvirá dizer isso. Respeito-o a si e respeitarei o seu Mandato. Respeite-nos a nós e respeite o nosso Mandato.”

O Senhor Vice-Presidente Dr. Jorge Mendes referiu que: “ouvi atentamente as palavras do Senhor Vereador, só há aqui uma questão que não percebi. Falou na vossa posição sobre o Orçamento, eu não sei qual é a vossa posição sobre o Orçamento. O que ouvi, e volto a repetir, foram números. Se a vossa posição se escuda e se baseia em números, ainda não sei qual é. Não vi nenhuma estratégia para o Concelho, o que ouvi é que não concorda com os números e deduzi, porventura mal, que se os números não tivessem descido, concordava em absoluto com o Orçamento, é essa a conclusão que chego. Diga-me, se puder e se conseguir, aonde é que ia buscar receita?”

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Dezembro de 2013***

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “Senhor Vice-Presidente, a questão é pertinente e a resposta, se me permitisse, não é tão simples e tão rápida de dar. Naturalmente que um Orçamento desta natureza exige muita ponderação e estudo mas há uma proposta que poderíamos avaliar. Pense, por exemplo, em diminuir a percentagem do Município nas verbas do IRS e transfira essa percentagem para o apoio social às populações do Concelho de Soure, nomeadamente aos mais necessitados. Se o Senhor Vice-Presidente, achar bem, na próxima reunião trago-lhe uma resposta concreta à sua questão e uma posição concreta em relação àquilo que, no nosso entendimento, devem ser as alterações a introduzir neste documento. Gostaria de saber se o Senhor Vice-Presidente conhece mais algum caso onde um documento desta natureza e desta dimensão seja apresentado com dois dias à Oposição para que esta se pronuncie sobre ele. Se conhecer algum caso, diga-me por favor.

Muitos Municípios do Distrito de Coimbra pronunciaram-se sobre estes documentos na primeira semana de Dezembro, isso é que é trabalhar como deve ser.”

O Senhor Vice-Presidente Dr. Jorge Mendes referiu que: “o que está aqui em causa não é o se terem pronunciado na primeira quinzena de Dezembro, o que estamos aqui a falar é com quanto tempo é que receberam os documentos, são coisas distintas. Registo que no dia em que estamos a discutir o Orçamento não esteja em condições de dizer onde é que ia buscar a receita que julga que nós devíamos ter. E também se esse problema se resolveria com dois dias de antecedência ou com mais dois dias para estudar o assunto. Pedimos perdão se de facto esses dois dias seriam estratégicos para o Concelho, de facto, penalizamo-nos por isso!!!”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “podíamos estudar a hipótese de a Câmara Municipal prescindir de 1% a 1,5% dos 5% das receitas que advêm do IRS, aliviando assim as famílias e as respectivas dívidas dos habitantes de Soure. Isto podia implicar mais ou menos, uma diminuição da receita que pode ir dos 100.000,00 euros a 150.000,00 euros em contas que estou aqui a fazer neste momento, mas reafirmo que esta situação exigiria muito estudo e ponderação e, claro, tempo”.

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 23 de Dezembro de 2013

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “sobre IRS em nome da CDU fiz uma proposta de redução de 1%, ou seja, de 5% para 4%. O Senhor Vereador pediu uma paragem nos trabalhos para reunirem e quando vieram abstiveram-se, não foram capazes de assumir comigo os 4%.”

O Senhor Vice-Presidente Dr. Jorge Mendes referiu que: “estamos a falar de uma diferença de Orçamento, de um ano para o outro, de dois milhões de euros, isso não se explica com a questão do IRS...”

O Senhor Presidente da Câmara referiu que: “de facto, lamento a forma como o Senhor Vereador, Dr. Carlos Páscoa, coloca as questões, do ponto de vista do método de trabalho do Executivo e espero que tenhamos um ano para encontrar formas de modificar esta forma de trabalhar.

IRS... de facto o que me deixa ainda mais perplexo é que estive aberto em sede de discussão do IRS, e assumi aqui que a posição que saísse do Executivo era a posição que defenderia na Assembleia Municipal. Alertei para os riscos de diminuição da receita e para o compromisso de aplicar na despesa social toda a receita do IRS. O nosso problema é a receita e não a despesa, portanto, qualquer diminuição da receita é altamente irresponsável. A receita do IRS está devidamente cabimentada, orçamentada em investimento na Ação Social e em investimento nas áreas sociais da actuação do Município.

Quanto à rapidez com que outros Municípios aqui à volta apresentaram/levaram o Plano e Orçamento às suas reuniões de Câmara, não estou nada preocupado com isso, o que me interessava era trazer aqui o documento em tempo útil. Nós trabalhamos neste Orçamento e neste Plano de Actividades, um trabalho que foi árduo, que foi de grande empenho dos técnicos da contabilidade, para podermos trabalhar com o máximo de rigor e atingir objectivos quantitativos daquilo que são os compromissos do Município. Esse trabalho foi concluído em meados da semana passada. A minha postura aqui foi sempre de ouvir as propostas de quem quis dar os seus contributos. Em Novembro, apresentámos a proposta dos Impostos Municipais do IMI e do IRS. Fizemos a opção correta, validada na Assembleia Municipal. Dizer-lhe que não há outro tipo de despesa autorizada por mim, ainda que tenha competências delegadas para isso, durante estes últimos dois meses, que não tenham vindo à Reunião de Câmara. O resto são obrigações decorrentes do Município, a não ser que estejamos a falar em diminuir as Despesas com Pessoal, despedindo pessoas. Veja no orçamento, quanto é que está previsto para ajudas de

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Dezembro de 2013**

custo, horas extraordinárias, suplementos... e compare com anos anteriores e veja se isso não demonstra uma grande preocupação e rigor. Não estou preocupado com imagem, marketing, publicidade, comunicação, estou preocupado em satisfazer as necessidades básicas das pessoas e essa preocupação está demonstrada no Orçamento. É preciso ver o Orçamento, ir às suas rubricas e ver que nas diversas designações, na Cultura, no Desporto, na Ação Social, o que é que está orçamentado. Aconselho-o a ler, rubrica a rubrica, onde é que se gasta. É aí que se vê onde é que estão os nossos encargos, onde é que estão os nossos maiores compromissos. Estando o Orçamento feito, são admissíveis alterações ao longo do ano para fazermos as correcções que forem necessárias.

Penso que o debate foi amplo e que estamos em condições de passar à votação destes instrumentos de planeamento.”

*Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor dos Senhores Vereadores eleitos pelo P.S. e C.D.U., e dois (2) votos contra dos Senhores Vereadores eleitos pelo P.P.D./P.S.D. - C.D.S./P.P. - P.P.M. - Dr. Carlos Páscoa e Dra. Márcia Travassos -, e uma (1) abstenção do Senhor Vereador eleito pelo P.P.D./P.S.D. - C.D.S./P.P. - P.P.M., Dr. Santos Mota, aprovar as propostas apresentadas pelo Senhor Presidente, as quais deverão ser submetidas à Assembleia Municipal.*_____

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos proferiu a seguinte Declaração de Voto: “em nome da CDU, votámos a favor este Orçamento porque no contexto actual, com um Governo que, ano após ano, reduz transferências de verbas para as Autarquias, privando-as da capacidade de satisfazer investimentos necessários para o bem-estar do Concelho, procura conter despesa, pagar dívida e equilibrando financeiramente a Autarquia, procura ainda fazer investimentos em reabilitação, saneamento, modernização de serviços entre outros. O voto a favor da CDU é um voto de confiança, é um voto de boa fé, por acreditarmos que é possível ter outro rumo para o Concelho de Soure, mas é também o compromisso da nossa disponibilidade para participar na persecução deste objectivo sempre que entendermos que tal contribuirá para a melhoria da qualidade de vida das pessoas no Concelho de Soure.”

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Dezembro de 2013***

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa proferiu a seguinte Declaração de Voto: “da avaliação do documento que nos foi entregue, começámos por tentar encontrar soluções que pudessem contribuir para uma proposta mais concreta. Começámos por avaliar o IRS mas, certamente, iríamos avaliar outras medidas que pudessem ser utilizadas em prol da melhoria, no nosso entendimento, deste documento. Não tivemos manifestamente tempo adequado para o fazer, mas de qualquer maneira o nosso sentido de voto foi o que foi enunciado e entregaremos por escrito uma posição sobre esta matéria.”

O Senhor Vereador Dr. Santos Mota proferiu a seguinte declaração de voto: “como sabem, fui eleito como independente na Coligação de “Soure para Todos” e, acima de tudo, tenho um compromisso com a população do Concelho de Soure. Naturalmente, que há alguma solidariedade de bancada, mas não vai alterar a minha perspectiva, a minha maneira e forma de ver, aquilo que eu pretendo e defendo. Dizer-vos, também, que tenho orgulho, responsabilidade, cumplicidade pelos Executivos anteriores que muito contribuíram para melhoria da qualidade de vida da população do Concelho de Soure. Não esqueço, nem posso desresponsabilizar-me pelo que foi feito de menos bem. Na primeira reunião de Câmara tive o cuidado de dizer que estava neste Executivo, como oposição construtiva, responsável e também esperava, da parte do Senhor Presidente, uma abertura de forma descomplexada. Até agora, não notei essa reciprocidade da sua parte. Senão teria dado algumas sugestões, alguma colaboração neste importante documento.

Em suma, a minha abstenção deve-se, acima de tudo, aos condicionalismos/dificuldades que temos e não podemos fugir a essa realidade. O passado já foi, não volta. Agora temos que olhar/centrar no presente e no futuro e é nessa perspectiva que estou aqui, para colaborar, de uma forma descomplexada, construtiva e responsável. Naturalmente, que há pontos neste Plano e Orçamento que estou inteiramente de acordo, outros nem tanto. Estou neste Executivo, naturalmente também com alguma solidariedade com os meus colegas de bancada, mas nunca fugindo aos meus objetivos e aos meus valores. Aquilo que eu pretendo é o desenvolvimento e bem-estar da população do meu Concelho.”